

## A GEOGRAFIA E O ENSINO MÉDIO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE CURRICULAR

Jessica Gomes Alves <sup>1</sup>  
Maria Rosângela dos Santos Oliveira <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho, tem como principal finalidade realizar uma análise da Geografia dentro da nova base comum curricular para o Ensino Médio, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a partir da Proposta Curricular da Paraíba. Através de análises curriculares, podemos compreender como as políticas educacionais influenciam na educação do estado da Paraíba. Nesse sentido, se faz necessário ir além, para compreender as mudanças ocorridas no novo modelo de Ensino Médio, como se deu seu planejamento até os dias atuais, no sentido de aprofundar a temática. Para a elaboração, foram necessários inicialmente realizar o levantamento bibliográfico a fim de construir a abordagem teórica-conceitual em relação à Geografia enquanto componente curricular na Educação Básica, e a busca de autores que fizeram uma análise crítica em relação a Reforma do Ensino Médio e da BNCC. O trabalho seguiu os métodos da pesquisa qualitativa, com especial utilização da análise documental, elegendo como fonte fundamental de análise o texto da BNCC e da proposta da Paraíba. Assim, é importante discutir acerca das políticas educacionais e de forma específica com relação aos currículos para o ensino da geografia, por isso, entender suas necessidades se torna algo a se considerar na análise do Ensino Médio na Paraíba.

**Palavras-chave:** Geografia Escolar, Novo Ensino Médio, Ensino de Geografia, Currículo, Proposta Curricular da Paraíba para o Ensino Médio.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre as mudanças estruturais do currículo do Ensino Médio, o aumento da carga horária de algumas disciplinas como Português e Matemática, e a criação das eletivas, fizeram com que o espaço que antes concedido a disciplina de Geografia fosse diminuído e diluído em meio a História, Sociologia e Filosofia. Isto é, a disciplina perde seu caráter obrigatório como componente curricular, e passa a fazer parte a área das Ciências Humanas e Sociais, o que demonstra tamanha desvalorização pela disciplina e seus conjuntos de saberes, cuja a oferta da mesma será opcional à classe discente.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo principal realizar uma análise dentro da nova base curricular do estado da Paraíba, identificando como se estruturam os conteúdos referentes à Geografia na proposta curricular no ensino médio. A importância

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CAMPUS III, [jessica.alves@aluno.uepb.edu.br](mailto:jessica.alves@aluno.uepb.edu.br);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CAMPUS III, [maria.rosangela@aluno.uepb.edu.br](mailto:maria.rosangela@aluno.uepb.edu.br);

dessa pesquisa se justifica pela sua relevância na atualidade, bem como a necessidade de se compreender sua historicidade.

As mudanças da reforma provocaram alterações no antigo ensino médio que garantia a todos os alunos contato com uma formação geral, não específica com o intuito de transmitir através dos treze componentes curriculares obrigatórios o conjunto de conhecimentos básicos que devem “ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Transformam-no em um Ensino Médio que não valoriza a formação plena do educando, pois é dividida em duas partes (Base Nacional Curricular [60% da carga horária] e Itinerantes Formativos [40% da carga horária]), sendo a que a primeira não pode exceder 1800 horas durante todo ensino médio.

Entretendo, o estado Paraíba já vinha vivenciando a alguns anos um novo modelo de ensino. A implementação da escola cidadã integral na Paraíba, aconteceu através do Decreto nº 36.408 de 30 de novembro de 2015, através do Programa de Educação Integral, no governo de Ricardo Vieira Coutinho (2011-2019), tendo continuidade no governo atual de João Azevedo Lins Filho (2019-2026). Antes mesmo da Reforma do Ensino Médio, esse decreto estabeleceu a criação da Escola Cidadã Integral – ECI, da Escola Cidadã Técnica Integral – ECIT.

As escolas de tempo integral se caracterizaram como referência para a educação do país, tendo o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), como indicador de qualidade da educação, e o Plano Nacional da Educação (PNE), com a meta 7 (BRASIL, 2014). A partir desses resultados, o modelo começa a ser expandido pelo Brasil como caminho para a melhoria da educação. No ano de 2018, houve a publicação de nova legislação a partir da medida provisória nº 267, com mudanças em relação ao Decreto de 2015.

Assim, nesse artigo, é feita uma análise sobre como as políticas educacionais têm influência tanto em âmbito mundial quanto na educação da Paraíba. São discutidos aspectos como a importância das disciplinas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a adaptação das competências gerais da BNCC às necessidades locais e as limitações da ênfase na formação para o trabalho.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa segue tais princípios da análise documental para analisar os pressupostos sociológicos, políticos e epistemológicos do documento curricular sob o seu enfoque. Primeiramente, será realizado a análise preliminar do documento, a fim de interpretá-lo. Posteriormente, fara-se a confrontação dele com a BNCC nacional na busca pelas correspondências desses pressupostos entre ambos e para explicitar as perspectivas de educação, em geral, e geográfica, em particular, que esse currículo propõe, bem como as implicações para as concepções de sociedade e de sujeito social que esse proposta curricular propõe a formar através dos sistemas de ensino, na etapa da análise propriamente dita.

Ao se propor analisar o Documento Curricular de Geografia no ensino médio da Paraíba, tem com o intuito de verificar se seus pressupostos sociológicos, políticos e epistemológicos correspondem, este estudo utiliza alguns suportes metodológicos da pesquisa comparativa.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para podermos entender como ocorreram/ocorrem essas políticas educacionais, é preciso antes de tudo entender como elas se iniciaram. Para isso é necessário entender um pouco do neoliberalismo, e o que essa ideologia impõe de mudanças a um determinado contexto político, social e educacional.

O neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. Segundo Galvão (1997), o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo; nasceu na chamada Escola de Chicago, através dos postulados de dois economicistas Milton Friedmann e Frederic Hayek, na crise econômica dos anos 60, com a acusação de ser o Estado o responsável pela crise. No discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Vale ressaltarmos três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da



educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Nas décadas de 1980 e 1990, o modelo neoliberal integrou a educação brasileira, vinculando suas funções às necessidades do mercado, além de preconizar o “compromisso com a criação de uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo”. (ASSUNÇÃO e SOUZA, 2017, p. 54).

As formas de como o programa neoliberal realiza em todos os níveis de educação brasileira vai além dos acidentes educacionais realizados pelos agentes nacionais envolvidos, ou seja, a política educacional segue a política como um todo.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação afirma a necessidade de criar uma Base Nacional Comum a fim de propor uma base de educação igualitária em todo o país. com metas a serem atingidas até 2024, considerando o estabelecimento dessa base nacional para os diferentes níveis da educação básica (BRASIL, 2014). Entretanto, com o golpe sofrido pela Presidente Dilma Rousseff em 2016, que posteriormente ocasionou o seu impeachment, as definições das políticas públicas, deixaram de se basear nos princípios de participação e diálogo considerados até então. As normativas para a educação foram aceleradas e em dois anos temos a regulamentação do Novo Ensino Médio, ainda em 2017, e no ano seguinte, em 2018, a BNCC é publicada, demandando também a publicação de Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, também publicadas em 2018.

A estrutura da base nacional curricular a ser organizada no documento BNCC, elaboradas as luzes de perspectivas neoliberais é muito questionada uma vez que garante efetivamente como componente curricular obrigatório nos três anos somente o Português, a Matemática, e o Inglês, deixando de fora da obrigatoriedade disciplinar a Geografia e outras disciplinas. Nesse sentido, o documento da BNCC implicou na reformulação e adaptação dos sistemas de ensino estaduais e municipais, para garantir a implementação dos princípios e objetivos estabelecidos para a educação nacional.

A velocidade e a forma pouco participativas de elaboração da BNCC marcam a construção das novas referências curriculares que passam a ser usadas nos primeiros anos da década de 2020. Apesar de não se definir como “currículo nacional”, a BNCC acaba por influenciar a elaboração da prescrição curricular demandada aos estados e, conseqüentemente, contribui na definição de como será a formação dos estudantes que passarem pela educação básica a partir de sua implementação.

No Ensino Médio da Paraíba, a proposta curricular foi construída entre os anos de 2019 e 2020. Em seu texto de apresentação, o documento anuncia que sua construção foi realizada com a participação de diferentes atores. No entanto, ao enumerar esses atores, são destacados o Conselho Estadual de Educação - CEE/PB, a Secretaria Estadual de Educação da Ciência e Tecnologia da Paraíba - SEECT/PB, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Paraíba - UNDIME/PB e o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED (PARAÍBA, 2018). Ainda cita que os redatores são professores e que houve consulta voluntárias às Instituições de Ensino Superior do estado, que muitas vezes se deu através de participação individual de professores das universidades paraibanas e não de forma institucionalizada. Este cenário de participação limitada, embora propagada, concentrada em poucas organizações articuladas nacionalmente (CONSED e UNDIME), foi encontrado na análise feita sobre o processo de elaboração dos documentos curriculares para o Ensino Fundamental após a BNCC:

Destaca-se um número bem menor de organizações que não apresentam coparticipação na gestão pública direta das políticas educacionais de estados e municípios, como universidades federais e estaduais, além de sindicatos e outras organizações da sociedade civil que parecem ter sido preteridas, para evitar dissensos e debates, que poderiam ampliar a publicização dos novos currículos estaduais. (ALBUQUERQUE et al., 2021, p. 80).

Diante deste cenário, parece evidente que apesar de ter sido construído na Paraíba, o processo acaba por sofrer interferências de ações políticas de outras escalas, com vistas a estabelecer amarras para atender interesses não necessariamente explicitados no documento curricular, mas estabelecidos nos diversos movimentos das políticas educacionais gestadas nas últimas décadas no Brasil.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste sentido, o documento curricular da Paraíba enfatiza bastante a consideração do aluno como sujeito ativo e autônomo, mas com o percurso individual e não associado a processos coletivos e comunitários, fomentando a todo tempo a formação para o trabalho, em aproximação à uma pedagogia neotecnista acrítica. “Nesse contexto, define-se a formação para o trabalho como um dos pilares desse processo de desenvolvimento e transformação individual e social, integrando de forma relevante as atividades desenvolvidas durante o Ensino Médio” (PARAÍBA, 2018, p. 28).

Por outro lado, e de forma surpreendente na análise, embora citadas diversas vezes, as 10 competências gerais listadas pela BNCC não são reproduzidas de forma integral no documento paraibano. Neste sentido, diferente de outros documentos, o documento paraibano parece ter conseguido reforçar elementos particulares no seu documento curricular.

Diferentemente da BNCC, a Proposta Curricular da Paraíba mantém a apresentação do currículo a partir das disciplinas, embora as denomine de componentes curriculares. No caso da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o documento apresenta os fundamentos teóricos específicos e a organização curricular de forma separada para História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Apesar da BNCC não deixar evidente que tais temas devam estar presentes no ensino médio, o estado da Paraíba reconheceu a importância deles para a formação da juventude paraibana. Assim, mantendo a tradição do ensino de geografia, há a permanência dos temas físico-naturais, quando analisada a organização curricular para as três séries do ensino médio. O ensino de Geografia é fundamental para a formação cidadã integral. Segundo Guerra (2020, p. 7) “é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, em termos sociais, culturais, políticos e econômicos.”. Estudar Geografia é observar através de várias perspectivas um mesmo objeto, seja ele social, natural, econômico. A proposta curricular da Paraíba identifica como “objetos de conhecimento” os conteúdos a serem ensinados que, articulados com as competências e habilidades da BNCC, e também aos objetivos de aprendizagem específicos da Geografia caracterizam a proposta curricular de cada disciplina para cada série.

A proposta curricular da Paraíba busca promover a formação cidadã integral dos alunos, reconhecendo a importância da Geografia como disciplina fundamental nesse processo. Através do estudo da Geografia, os alunos são incentivados a observar e compreender diversos aspectos sociais, naturais, culturais, políticos e econômicos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. A organização curricular para as três séries do ensino médio contempla os temas físico-naturais, articulando os conteúdos com as competências e habilidades da BNCC, bem como com os objetivos de aprendizagem específicos da Geografia.

Além disso, destaca a importância de abordar temas relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Essas

disciplinas são apresentadas como componentes curriculares distintos, com fundamentos teóricos específicos e uma organização curricular separada.

Vale destacar, que o documento curricular paraibano apresenta algumas limitações. Ao enfatizar a formação para o trabalho como um dos pilares do processo de desenvolvimento e transformação individual e social, há uma aproximação com uma pedagogia neotecnicista acrítica. Isso pode limitar a visão dos alunos apenas ao aspecto utilitarista do conhecimento, deixando de lado a formação crítica e reflexiva necessária para uma participação ativa na sociedade. Apesar dessas considerações, destaca-se o reconhecimento da importância da Geografia e das Ciências Humanas no currículo paraibano, assim como a busca por uma formação cidadã integral. Essas iniciativas contribuem para uma educação mais abrangente, que prepara os alunos para compreender e atuar de forma consciente e responsável em sua realidade social, cultural e ambiental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise explícita nesse trabalho, compreendemos que apesar da BNCC não deixar evidente que tais temas devam estar presentes no ensino médio, o estado da Paraíba reconheceu a importância mantendo a tradição do ensino de geografia, há a permanência dos temas físico-naturais, quando analisada a organização curricular para as três séries do ensino médio, entretanto, podemos perceber que este enfoque está em suma maioria nos temas físico-naturais da geografia, e não tanto na parte humana.

Através das análises curriculares, foi possível compreender como as políticas educacionais influenciam na educação do estado da Paraíba. Nesse sentido, foi necessário ir além, entendendo como no sentido de aprofundar a temática. Entretanto, percebemos que devido ao curto tempo, não foi possível de fato a conclusão dessa pesquisa, dessa maneira, esse trabalho será continuado em uma próxima edição.

Ademais, esse trabalho contribui para que haja pesquisas e estudos sobre as novas reformas educacionais, de forma a suscitar diálogos e debates que culminem em práticas concretas, bem como servirá de estímulo para os demais pesquisadores dessa temática.

## **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de et al. **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. Expressão Popular, 2018.

GALVÃO, A. M. A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA. Proposta Curricular do Estado da Paraíba: Educação Infantil e Ensino Fundamental. João Pessoa, 2018.

GUERRA, F. S. Geografia escolar e o papel do professor no contexto contemporâneo. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–12, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4530>. Acesso em: 18 maio. 2023.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei n. 13.005/2014. Brasília: MEC, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA. Proposta Curricular do Estado da Paraíba: Ensino Médio. João Pessoa, 2021.

SOUZA, A.P.; ASSUNÇÃO, F.L. O neoliberalismo na educação. **Revista Contemporânea**: Revista Uniledo: Arquitetura, Comunicação, Designe Educação, v. 02, n. 01, p. 51-61, out/dez. 2017.